



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 6 · No. 9 - 7 de junho de 2011

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

“Doha Light” toma forma à medida que membros reduzem ambição..... 1

Assembleia Mundial de Saúde inicia processo de reforma e avança em questões de PI..... 3

NOTÍCIA REGIONAL

PEDs criticam proposta de reforma do SGP europeu..... 5

BREVES REGIONAIS

Critérios de sustentabilidade para biocombustíveis geram polêmica na UE 6

Embargo da Rússia à carne brasileira é questionado pelo governo..... 6

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais 7

Fóruns Regionais 8

Informações Úteis 9

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD).

Equipe editorial:

Adriana Verdier
Michelle Rattton Sanchez
Manuela Trindade Viana
Daniela Helena Oliveira Godoy
Carolina Ferreira e Silva

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

“Doha Light” toma forma à medida que membros reduzem ambição

Após semanas de consultas no contexto de impasse na já extensa Rodada Doha, os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) afirmaram que estão prontos para buscar, até o final deste ano, um acordo com foco nos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs).

A decisão começou a tomar forma na reunião do Comitê de Negociações Comerciais (TNC, sigla em inglês) da OMC, realizada em Genebra (Suíça), em 31 de maio. O encontro, de caráter informal, sucedeu a Conferência da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC, sigla em inglês) e a reunião ministerial da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na sessão do TNC, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, delineou uma abordagem “em três vias” com vistas à conclusão da Rodada Doha. Em sua proposta, os temas especificamente relacionados aos PMDRs seriam inseridos na “via expressa”; e aqueles caracterizados como “PMDRs-*plus*” seriam incorporados à “via intermediária”, a qual também incluiria temas associados a desenvolvimento que se encontram em estágio avançado de negociação. Temáticas extraordinárias – tais como agricultura e acesso a mercados não-agrícolas (NAMA, sigla em inglês) – seriam deixadas para a “via lenta”, dentro da qual constariam assuntos a serem resolvidos somente na Conferência Ministerial de dezembro, a ser realizada em Genebra.

Embora muitos membros tenham expressado desapontamento com relação ao estado atual das negociações, todos consideraram improvável a obtenção de um acordo completo para Doha até o final do ano. Portanto, concordaram que uma versão mais modesta para dezembro representaria uma segunda melhor alternativa.

Mesmo assim, a impossibilidade de cumprir o “plano A” na Rodada Doha foi lamentada por muitos membros. “O impasse atual está enfraquecendo todo o sistema multilateral de comércio – e por todos os motivos errados”, declarou o representante da União Europeia (UE).

Amplio acordo quanto ao foco em desenvolvimento

Mesmo concordando com a proposta de Lamy, os membros da OMC insistiram que o princípio do “*single undertaking*” – segundo o qual “nada está acordado até que tudo esteja acordado” – permanecesse vigente nessa nova estratégia. As Partes pediram uma “colheita preliminar”, conforme previsto na Declaração de Doha, cujo parágrafo 47 estipula que acordos alcançados em um estágio preliminar podem ser “implementados em uma base provisória ou definitiva”. Isso seria, portanto, considerado quando os membros avaliassem o equilíbrio nas negociações como um todo.

A proposta “de três vias” de Lamy recebeu amplo apoio dos membros da Organização. De modo geral, as Partes concordaram que o mini-pacote de dezembro deve apresentar um foco em desenvolvimento; e que um programa de trabalho deve ser elaborado, com vistas a tratar dos temas restantes sobre a mesa de negociação. A apenas um dia da reunião do TNC, o ministro do Comércio e Indústria da África do Sul, Rob Davies, declarou à imprensa que seu país se oporia a qualquer versão de acordo para Doha cuja abordagem se distancie dos objetivos associados a desenvolvimento da Rodada. Depoimentos similares foram manifestados por outros membros durante a reunião do TNC.

Desafios na definição de PMDRs-*plus*

Contudo, os membros discordaram quanto aos temas que deveriam ser incorporados ao pacote PMDRs-*plus*. Mais precisamente, as divergências estavam relacionadas à inclusão de propostas de tratamento especial e diferenciado, facilitação de comércio e substituição de importação. O tema de subsídios à pesca constitui um exemplo emblemático de como as percepções dos membros variaram com relação à concepção do adjetivo “*plus*” atribuído a determinada temática.

De um lado, os Estados Unidos da América (EUA) defenderam que o tema estava pronto para ser incorporado ao pacote de dezembro; de outro, o Japão e a Coreia discordaram desse posicionamento.

A inclusão de algodão entre os temas passíveis de acordo em dezembro constituiu objeto de igual controvérsia. A delegação de Burkina Faso, pronunciando-se em nome do Grupo Cotton-4 – também formado por Benin, Chade e Mali – manifestou-se favorável à referida incorporação e sustentou que os EUA e a UE poderiam empreender maiores esforços para que isso fosse possível.

Em resposta, o embaixador dos EUA, Michael Punke, reiterou que, “se as pessoas desejam discutir sobre algodão, o programa de todos os países para algodão deve ser colocado sobre a mesa”. Segundo Punke, isso exigiria “um grau de transparência fortemente ausente” nas negociações até o presente momento. O embaixador acrescentou que os EUA não negociariam essa temática “no escuro”.

As divergências acerca do que incluir no pacote PMDRs-*plus* despertaram preocupação em diversos membros. Punke lembrou que “todos os atores principais devem dar passos difíceis politicamente” para que o pacote de dezembro seja bem-sucedido. Ele destacou que “discursos floreados sobre apoio aos PMDRs e ao sistema da OMC significam muito pouco se não forem acompanhados por uma vontade declarada de fazer escolhas politicamente difíceis”.

Fora da OMC, Stuart Harbinson, ex-embaixador de Hong Kong perante a OMC, manifestou preocupações similares. Em capítulo do livro *Next steps: getting past the Doha Round crisis*, publicado recentemente, Harbinson concorda com a ideia de identificar um pacote menor de resultados para a Ministerial de dezembro. No entanto, ele sugeriu cautela com relação às elevadas expectativas para tal processo, considerando que “a última coisa de que a OMC precisa no momento é uma discussão longa e impertinente sobre os ‘resultados’ que culminarão em um acordo irrisório ou – pior – em acordo nenhum”.

Reunião de Paris prepara o palco

Em reunião realizada paralelamente à Conferência Ministerial da OCDE, em Paris (França), em 26 de maio, foram delineados os próximos passos para a Rodada Doha com base nos encaminhamentos do TNC. Na reunião, os 20 ministros de Comércio que participaram do encontro indicaram que a OMC deveria definir um “plano B” para Doha. Os ministros afirmaram-se prontos para pressionar por um resultado positivo da Rodada até o final de 2011, mesmo que este não seja o acordo completo.

Em Paris, Lamy declarou que os ministros agora enxergam a Ministerial de dezembro não como um prazo ou um pacote, mas como uma reafirmação, uma retomada da agenda de Doha, uma espécie de seleção dos frutos mais maduros – os quais são politicamente os mais importantes em termos de desenvolvimento – a começar, logicamente, pelos PMDRs.

O ministro de Comércio da Austrália, Craig Emerson, que convocou a reunião com suas contrapartes, observou que o acordo de dezembro poderá gerar o tão necessário *momentum* para as truncadas negociações da Rodada. Por outro lado, Emerson alertou sobre a possibilidade de que o acordo de dezembro postergue permanentemente os demais temas – considerados mais complexos.

A próxima reunião informal do TNC será realizada em 9 de junho e terá como objetivo a definição de metas mais claras para a Ministerial de dezembro.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 15, No. 20 - 1 jun. 2011.

Assembleia Mundial de Saúde inicia processo de reforma e avança em questões de PI

Realizada de 16 a 24 de maio, a 64ª edição da assembleia anual da Organização Mundial da Saúde (OMS) debateu, entre outros temas, os desafios enfrentados em uma economia global em mudança, bem como o formato e as finanças da

Organização. A reunião também abordou temas relacionados à preparação para a pandemia de gripe, vacinas, remédios falsificados, doenças transmissíveis ou não transmissíveis e HIV/AIDS.

O propósito da Assembleia Mundial de Saúde (AMS), instância máxima de decisão da OMS, é supervisionar políticas financeiras, revisar metas de programas e determinar as práticas da Organização. Christos Patsalides, ministro da Saúde do Chipre, foi eleito o presidente da Assembleia.

O resumo das atividades diárias da 64ª AMS encontra-se disponível [aqui](#).

Diretora-geral inicia discussões sobre reforma

Em seu discurso inicial, a diretora-geral da OMS, Margaret Chan, destacou as conquistas da Organização nos últimos cinco anos, mas lembrou os desafios impostos pela crise financeira e pelo aumento acentuado no preço dos alimentos e combustíveis. Ela encorajou os Estados membros a “lembrarem dos povos” porque “todos os nossos debates e discussões somente possuem significado quando melhoramos a saúde dos povos e aliviamos seu sofrimento”.

Chan também colocou em pauta para discussão uma proposta de reforma da OMS, que descreveu como “a maior em 63 anos de história da Organização”. Chan sugeriu que as reformas propostas dariam oportunidade para que as atividades da Organização fossem mais efetivas, receptivas, transparentes e responsáveis. Os Estados membros manifestaram forte apoio à proposta e destacaram a importância da reforma financeira da OMS.

Uma das maiores mudanças seria submeter as atividades da OMS a uma avaliação independente. Em caráter imediato, a Organização reduzirá drasticamente seu orçamento, o que inclui o corte de 300 funcionários. A assembleia aprovou um programa de orçamento revisado de US\$ 3,95 bilhões para 2012-2013, em comparação aos US\$ 4,54 bilhões de 2010-11. Apesar da redução nas contribuições governamentais, a OMS continuará a receber financiamento de outras agências da Organização das Nações Unidas (ONU), fundações e do setor privado.

Apesar do montante exato não ter sido revelado, a OMS receberá verba da fundação Bill & Melinda Gates para a adoção de um plano de reforma. Recentemente, Bill Gates fez um discurso na assembleia e enfatizou seu comprometimento com a erradicação da poliomielite, bem como agradeceu aos Estados membros pela constante liderança nos esforços de combate a doenças.

ONGs preocupam-se com influência do setor privado

Alguns grupos acreditam que a proposta de reforma do orçamento da OMS poderia resultar em conflitos de interesse entre a Organização e seus financiadores privados.

Em pronunciamento conjunto, algumas organizações não-governamentais (ONGs) argumentaram que o pacote de reformas “não aborda adequadamente o gerenciamento dos conflitos de interesse” e apresenta uma suposição “sem base empírica de que todos os atores irão colaborar para avançar o interesse público”. Também consideram “completamente inapropriado que o plano de reforma de uma instituição da ONU seja financiado por entidades privadas”. Na visão deles, é preciso manter uma clara separação entre a OMS e os interesses de atores privados”.

Ainda entre as propostas de reforma, sugere-se a criação de uma plataforma de atores múltiplos, denominada Fórum de Saúde Mundial, que permitiria que observadores de grupos da sociedade civil, setor privado e academia fizessem parte das tomadas de decisão na OMS. Alguns Estados membros e grupos da sociedade civil mostraram-se cautelosos com relação a essa medida, temendo que isso “pudesse colocar a agência nas mãos de seus financiadores”.

Destaque para questões de PI

Assuntos relacionados à temática de propriedade intelectual (PI) tiveram proeminência nos debates da ASM. Os governos discutiram formas de aumentar o acesso a produtos médicos de qualidade e a preço justo. As conversas pautaram-se em um relatório preparado pelo grupo de trabalho da OMS voltado a produtos médicos de

baixa qualidade, falsificados e indevidamente etiquetados.

Embora todos os Estados membros aparentem concordar que esses medicamentos de baixa qualidade constituem um problema sério de saúde pública, alguns argumentaram que, ao focar o debate em PI, a OMS marginalizou o tema da saúde pública. Ao final da ASM, as Partes aceitaram conceder mais tempo ao grupo de trabalho para completar suas atividades antes de tomar qualquer decisão.

No que constituiu um marco para a saúde pública, o Comitê A da ASM, encarregado de assuntos técnicos, definiu um acordo-quadro de preparação para a pandemia da gripe, documento que inclui provisões para repartição de benefícios e assegura o acesso a vacinas para países em desenvolvimento (PEDs). Esse acordo começou a ser elaborado após a detecção de um aumento no número de vírus da gripe com potencial pandêmico, tais como os vírus H1N1 (gripe suína) e H5N1 (gripe aviária).

O referido acordo-quadro quase foi finalizado no início de 2011, mas sofreu diversas alterações desde então. Notadamente, os membros excluíram uma cláusula que mencionava o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização. Outras emendas acrescentaram textos ao acordo-quadro: por exemplo, a referência ao Artigo 23 da Constituição da OMS, que declara que “A Assembleia de Saúde Mundial deve ter autoridade para fazer recomendações para os Estados membros em relação a qualquer assunto sob a competência da Organização”. Adicionou-se, ainda, uma menção a um sistema de relatórios bianual para as atividades realizadas sob o acordo-quadro.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol.15, No. 19 - 25 mai. 2011.

NOTÍCIA REGIONAL

PEDs criticam proposta de reforma do SGP europeu

Uma proposta para reformar o Sistema Geral de Preferências (SGP) da União Europeia (UE) foi discutida recentemente por representantes da sociedade civil e dos governos no Parlamento Europeu, em Bruxelas (Bélgica). O documento apresentado pela Comissão Europeia sugere alterações substanciais no sistema atual, que concede acesso preferencial às exportações de países em desenvolvimento (PEDs), por meio de concessões tarifárias não recíprocas.

O sistema em vigor foi criado em 1971 e revisado pela última vez em 2008. Três regimes são previstos: o regime padrão concede acesso preferencial ao mercado europeu a todos os 176 PEDs; o regime chamado SGP *plus* oferece concessões adicionais a PEDs vulneráveis, sob a condição de adesão a diversas convenções internacionais – por exemplo, acordos sobre direitos humanos e meio ambiente; a iniciativa *Everything but Arms* (EBA) (“Tudo menos armas”) prevê acesso com tarifas próximas a zero e livre de cotas a países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs).

Durante as audiências, representantes da sociedade civil e alguns parlamentares criticaram a proposta da Comissão Europeia pelo uso da classificação do Banco Mundial para posicionar os PEDs, com base em seu produto interno bruto (PIB) per capita. Tal critério excluiria alguns países do regime preferencial, a despeito de seus altos níveis de pobreza.

A Comissão justificou que o PIB elevado associado a baixo índice de desenvolvimento indica má distribuição de renda. Uma vez que o problema resulta de políticas domésticas inadequadas, a concessão de preferências não seria útil para solucioná-lo. Assim, a proposta teria como mote o foco nas necessidades dos países que mais dependem de assistência.

Um pacote de benefícios e desafios

Caso seja adotado, o novo regime limitaria o acesso ao SGP a cerca de 80 países de renda média e baixa. Seriam excluídos: a maior parte dos latino-americanos, como Argentina e Brasil; a maior parte das ilhas do Caribe e as ilhas Fiji; além de alguns países africanos, nomeadamente: África do Sul, Botsuana, Gabão, Ilhas Maurício, Namíbia e Seychelles.

Cabe destacar, entretanto, que países como China e Índia não seriam excluídos de acordo com o novo critério. A Comissão justificou essa distinção com base nas diferentes necessidades dos PEDs, entre os quais se encontram alguns dos mais competitivos, que respondem por 40% das importações do bloco sob regime preferencial.

Outras modificações incluem a suspensão do SGP, por dois anos, de países que já recebem benefícios por meio de um acordo de livre comércio (ALC) com a UE e a inversão do ônus da prova para países que integram o SGP *plus*, o que obrigaria os países beneficiários a demonstrar os esforços para implementar os acordos internacionais assumidos. A proposta também recomenda que restrições ao acesso de matérias-primas por parte dos beneficiários sejam declaradas como prática desleal e assim ensejem a exclusão do regime preferencial.

Entre os benefícios da proposta, aponta-se que os critérios do SGP *plus* seriam mais facilmente cumpridos e, portanto, mais atrativos para alguns países. O enquadramento como país vulnerável seria menos rígido; e a gradação de produtos competitivos seria extinta. Alguns analistas temem que tal relaxamento prejudique setores industriais europeus.

A gradação de produtos sob o sistema atual determina que setores ou produtos específicos possam ser excluídos do SGP ou SGP *plus*, caso superem um limite estipulado das importações para a UE, por três anos consecutivos – 15% das importações totais e 12,5% para produtos têxteis.

O esquema atual do SGP expira em dezembro de 2011. Pela proposta da Comissão Europeia, a regulação atual seria estendida até o final de 2013, e o novo sistema entraria em vigor em 2014. A

proposta será apreciada pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, de acordo com o procedimento legislativo do bloco.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 15, No. 20 - 01 jun. 2011.

BREVES REGIONAIS

Crítérios de sustentabilidade para biocombustíveis geram polêmica na UE

Organizações ambientalistas reivindicaram, perante a Comissão Europeia (CE), informações sobre a implementação de critérios de sustentabilidade para os biocombustíveis.

A União Europeia (UE) exige que os países que utilizam biocombustíveis para cumprir seus mandatos adotem critérios de sustentabilidade que variam do consumo reduzido de carbono à proteção de áreas biodiversas. No entanto, a aplicação desses critérios depende do monitoramento de entidades privadas, bem como da certificação dos biocombustíveis sustentáveis. A CE está revendo a candidatura de tais entidades para regimes de certificação voluntária, mas ainda não divulgou informações referentes ao processo – o que provocou protestos de grupos ambientalistas.

Tais grupos sustentam que é necessário haver transparência durante todo o processo para que o sistema seja robusto. Sob o argumento de que a CE não tem liberado informações acerca da implementação dos critérios ambientais, em 25 de maio, as organizações ClientEarth, Friends of the Earth, FERN e Corporate Europe Observatory levaram sua reivindicação ao Tribunal Geral da UE.

"A Comissão Europeia tem evitado revelar até mesmo as informações mais básicas sobre sistemas de certificação voluntária para os biocombustíveis na Europa", afirmou Robbie Blake, da Friends of the Earth Europa. "As apostas são altas – os sistemas de certificação ineficazes facilitarão o abuso ambiental.

Precisamos de transparência e participação na elaboração das políticas da UE, e não de sigilo e desconfiança".

Uma comissão da UE reuniu-se em 27 de maio para discutir um primeiro conjunto de sete sistemas de certificação voluntária.

Enquanto isso, em um esforço global para garantir a sustentabilidade da bioenergia – inclusive dos biocombustíveis –, a Parceria Global para Bioenergia (GBEF, sigla em inglês), estabelecida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) recentemente chegou a um acordo sobre um conjunto de 24 indicadores de sustentabilidade. Esses indicadores, que abrangem pilares ambientais, sociais e econômicos, servem para ajudar a guiar o desenvolvimento de políticas a nível nacional, enquanto que o papel dos sistemas de certificação voluntária será o de assegurar que as remessas individuais de biocombustíveis cumpram os critérios de sustentabilidade.

Esta é a segunda vez em muitos anos que a CE enfrenta uma ação jurídica sobre biocombustíveis: em março de 2010, quatro grupos ambientalistas (incluindo o ClientEarth) processaram a CE no Tribunal de Justiça da UE sob o argumento de descumprimento das leis de transparência, uma vez que documentos a respeito dos perigos ambientais dos biocombustíveis não foram divulgados ao público.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 11, No. 10 - 30 mai. 2011.

Embargo da Rússia à carne brasileira é questionado pelo governo

Em decisão repentina, a Rússia anunciou, em 2 de junho, a suspensão das importações de carne provenientes de 89 empresas de três estados brasileiros – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As autoridades russas alegaram que carregamentos do produto oriundo da região Sul do Brasil apresentaram condições sanitárias insatisfatórias. O governo e setor privado

brasileiros têm criticado a falta de fundamentação técnica e sugerem que a decisão esconde motivações comerciais.

A porta-voz da Inspeção Sanitária Agrícola da Rússia, Alexéi Alexéyenko, justificou a decisão do embargo com base em inspeção que identificou deficiências nos serviços sanitários e veterinários do produto brasileiro. Segundo o representante russo, foram detectados parasitas e bactérias em 260 carregamentos de carne brasileira. Ele alegou, ainda, que as empresas punidas não apresentaram testes de presença de mercúrio e outras substâncias tóxicas na produção.

Em comunicado divulgado logo após o anúncio feito pela Rússia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) expressou surpresa e descontentamento pela medida. Segundo Francisco Jardim, secretário de Defesa Agropecuária, não houve qualquer notificação prévia ao governo brasileiro, tampouco se apresentou um relatório técnico das inspeções realizadas nos produtos. A fim de esclarecer as bases para a decisão, o Mapa enviou uma correspondência às autoridades russas, na qual solicitou o envio do relatório técnico.

O secretário destacou que informações técnicas sobre a produção brasileira foram apresentadas às autoridades russas em uma reunião realizada em maio, em Moscou (Rússia). Segundo ele, “causa estranheza o fato de as medidas terem sido anunciadas sem consistência técnica, repetindo argumentos anteriormente já esclarecidos”. Jardim concluiu que esse antecedente serve para reforçar a sensação de que existem outras motivações, além das questões sanitárias alegadas.

Silva Miranda, professora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), concorda que o histórico de relações comerciais com a Rússia na área permite identificar uma tendência de protecionismo no embargo anunciado recentemente. Contudo, Miranda ressaltou que ainda existe certa dualidade na produção brasileira, pois ainda que o setor seja bastante desenvolvido e possua marcos regulatórios fortes, existe ainda o desafio de comunicação e conscientização dos produtores que ainda não adotam os melhores padrões.

O impacto da decisão é considerável diante do volume exportado para a Rússia. Em 2010, o valor de carne exportada ao país alcançou US\$ 2 bilhões. Os três estados que foram alvo do embargo são os principais exportadores de carne do Brasil, que responde por cerca de 80% das importações russas nesse setor – 35% da carne de porco, 45% da bovina e 19% da carne de aves.

O Mapa deve promover um encontro, em 6 de junho, com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e associações das indústrias de carne bovina, suína e de frango, a fim de avaliar o impacto da medida e estudar uma resposta apropriada.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Agência Senado. *Ana Amélia critica embargo russo à carne brasileira*. (03/06/2011). Acesso em: 05 jun. 2011.

CBN. *Suspensão de aquisição de carne brasileira na Rússia é mais jogada comercial que questão sanitária - Entrevista com Sílvia Miranda*. Acesso em: 05 jun. 2011.

Folha de São Paulo. *Rússia proíbe importações de carne de 89 empresas brasileiras*. (02/06/2011). Acesso em 02 jun. 2011.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Suspensão de exportação de carne brasileira para Rússia*. (02/06/2011). Acesso em 05 jun. 2011.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça

Para mais informações, acesse [aqui](#).

9 de junho
Reunião Informal do Comitê sobre Negociações Comerciais

14 de junho
Reunião do Comitê sobre Orçamento, Finanças e Administração

15 e 16 de junho
Reunião do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio

15 de junho
Reunião do Comitê sobre Restrições à Balança de Pagamentos

17 de junho
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

20 de junho
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulação Doméstica

21 de junho
Reunião do Comitê sobre Serviços Financeiros e Comerciais

22 de junho
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regras do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços

UNCTAD

Para mais informações, acesse [aqui](#).

20 de junho
Consultas do Presidente da Comissão de Comércio e Desenvolvimento
Local: Genebra, Suíça

22 a 24 de junho
Workshop da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC, sigla em inglês) e da UNCTAD sobre Acordos de Investimento Internacionais e Solução de Controvérsias entre Investidores e Estados
Local: Manila, Filipinas

22 a 24 de junho
Simpósio Público da UNCTAD: incentivando o comércio e as finanças a trabalharem pelas pessoas e pelo planeta
Local: Genebra, Suíça

Fóruns Regionais

Mercosul

Local: Assunção, Paraguai

Para mais informações, acesse [aqui](#).

8 de junho
Reunião do Comitê de Coordenação Regional

9 de junho
Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico

9 de junho
Reunião da Comissão de Comércio do Mercosul

14 de junho
Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul

15 de junho
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Defesa Comercial e Salvaguardas

CEPAL

Para mais informações, acesse [aqui](#).

7 de junho
Seminário Regional de Diálogo Intersetorial sobre Políticas para Enfrentar a Volatilidade e Alta dos Preços dos Alimentos: ameaças e oportunidades
Local: Santiago, Chile

10 de junho
Seminário “Inovação Social e Políticas Públicas”
Local: Santiago, Chile

14 de junho
Seminário “Mercados de Trabalho Latino Americanos e Caribenhos e a Economia Mundial”
Local: Santiago, Chile

OCDE

Para mais informações, acesse [aqui](#).

14 de junho

Agricultura e Volatilidade dos Preços: visões e perspectivas africanas

Local: Paris, França

17 de junho

Lançamento das Perspectivas Agrícolas da FAO-OCDE

Local: Paris, França

20 e 21 de junho

Evento de 50º Aniversário da OCDE

Local: Seul, Coreia do Sul

21 e 22 de junho

Fórum sobre Impostos Indiretos

Local: Londres, Reino Unido

localizado à Av. Atlântica, 1.500, Copacabana, Rio de Janeiro.

DAAD abre processo de seleção para programa de pós-doutorado

O Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD, sigla em alemão) está com inscrições abertas para o processo de seleção de seu Research Fellowship Programme. Implementado em cooperação com a Associação Leibniz, o programa visa a pós-doutores que defenderam sua tese há menos de dois anos. Ao longo dos 12 meses do programa, os candidatos selecionados deverão passar um ano conduzindo sua pesquisa em uma das instituições da Associação Leibniz, na Alemanha, em uma das seguintes áreas: humanidades e educação; ciências sociais, econômicas e especiais; matemática; engenharia; e estudos ambientais. Os interessados devem enviar sua candidatura até 20 de junho. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Bolsa Santander de pós-graduação

Estão abertas as inscrições para a seleção do Programa de Mobilidade Internacional de Pós-Graduandos, financiado pelo Santander. O programa oferece a doutorandos 50 bolsas de R\$ 8.473,00, com duração de até seis meses, com o objetivo de auxiliar nos dispêndios de manutenção, passagens e seguro de saúde. É necessário que o candidato tenha concluído, pelo menos, um ano do curso de doutorado ou que a data de retorno ao Brasil seja, no mínimo, nove meses antes do prazo final de depósito da tese. Os interessados devem enviar, até 22 de junho: plano de pesquisa e demais atividades a serem desenvolvidas na universidade estrangeira; justificativa do orientador para realização do estágio; anuência do supervisor estrangeiro; e ficha do aluno.

UERJ sedia Congresso Internacional do FoMERCOS

A 12ª edição do Congresso Internacional de Fórum Universitário Mercosul (FoMERCOS) ocorrerá no *campus* Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de 14 a 16 de setembro. O evento constitui uma rede acadêmica de universidades sul-americanas que se reúne

Informações Úteis

Cindes organiza seminário sobre agenda econômica internacional do Brasil

O Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes) está organizando o seminário “A agenda econômica internacional do Brasil: desafios para os próximos anos”. O evento, a ser realizado em 10 de junho, ocorrerá por ocasião da celebração dos cinco anos do Cindes. Um dos temas a ser abordado no seminário é o posicionamento do Brasil frente à agenda econômica internacional, debate que contará com a participação de Carlos Marcio Cozende (Ministério da Fazenda), Pedro da Motta Veiga (Cindes) e Marcelo de Paiva Abreu (PUC) e Paulo Roberto de Almeida (UniCEUB). No segundo tema que estruturará o evento – desafios para a competitividade econômica brasileira –, conduzirão os debates Maurício Mesquita Moreira (BID), Daniel Lederman (Banco Mundial), José Guilherme Reis (Banco Mundial), José Roberto Mendonça de Barros (MB Associados) e José Augusto Fernandes (CNI). O seminário será realizado no Porto Bay Internacional Hotel,

anualmente para discutir e analisar os avanços e desafios relacionados ao processo de integração compreendido pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul). O prazo para submissão de trabalhos estende-se até 30 de junho. Para inscrições e mais informações, [acesse aqui](#).

UNESP promove Semana da Bioenergia

A Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Botucatu, realizará, de 26 de junho a 2 de julho, a Semana da Bioenergia. O evento tratará de temas como silvicultura, aspectos sociais da agroenergia no país e bioenergia à base de biomassa florestal e deverá incluir visitas a empresas do setor. Para mais informações e inscrições, [clique aqui](#).

Instituições comentam o Código Florestal

No contexto da votação do novo Código Florestal, algumas instituições elaboraram análises sobre o conteúdo do projeto. O posicionamento elaborado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) pode ser acessado [aqui](#). A análise elaborada pelo Instituto de Estudos do Comércio e das Negociações Internacionais (Icône) pode ser acessada [aqui](#).